

Ex-presidente do BC quer mudar dívida externa

Da correspondente

SÃO PAULO O ex-presidente do Banco Central no Governo Geisel, Paulo Lira, voltou a propor ontem em São Paulo, em palestra proferida na sede da Associação Comercial, um novo tratamento para a questão do pagamento da dívida externa, através do desengajamento temporário e parcial do país do sistema financeiro. "Não se trata", disse ele, "de uma moratória disfarçada, mas da adoção de uma saída de emergência, de uma alternativa não convencional que permitiria ao País escapar aos efeitos da transferência de recursos líquidos para os países industrializados, em momento não oportuno e das imposições do FMI", atualmente as únicas soluções em exame.

A sugestão de Lira prevê a mudança da estratégia do pagamento de juros. Ao invés deles serem pagos Cash, através da utilização de divisas, seriam capitalizados em conta durante cinco anos, numa atitude que ele considerou própria de um País soberano. As amortizações seriam prorrogadas pelo mesmo prazo e somente no quarto ano haveria definições sobre as condições em que verdadeiramente a dívida externa seria paga, fixando-se prazos e adotando-se juros de mercado.

O adiamento não incluiria três formas de dívida: os créditos comerciais a curto prazo, vinculados aos financiamentos das importações e exportações; os débitos relativos a operações com o Banco Mundial e BID; e os débitos sobre o pagamento de Bonds — papéis colocados pelo Brasil no exterior nos

últimos anos, quando tinham penetração nos mercados internacionais, e que foram tomados por indivíduos e firmas que precisam continuar confiando na viabilidade do País.

Segundo Lira, para que a medida seja executada o Tesouro Nacional precisa assumir todas as dívidas do setor público e privado depois de manter entendimentos prévios com os principais países tradicionalmente investidores no Brasil para equalizar a conta remessa de lucros. Essa atitude seria extremamente interessante, prosseguiu Lira, porque asseguraria aos investidores o crescimento da economia brasileira em ritmos superiores aos atuais, o que os levaria a manter o fluxo de aplicações de capital.

O período de tempo de cinco anos proposto por ele, liga-se basicamente a uma expectativa de que nesse prazo já teríamos nos recuperado dos reflexos da atual recessão: "E se as coisas correrem bem, afirmou, é possível que não seja necessário fazer a transferência de recursos nem nessa época, porque o País terá crescido e recuperado a credibilidade dos banqueiros credores". Na pior das hipóteses se o plano não desse certo, o Brasil teria que pôr em ação uma economia de guerra que ele acha perfeitamente viável, porque devido à política de substituição de importações, o País já atingiu um estágio em que poderia passar com a sua redução drástica.

Além de evitar a transferência de recursos para o exterior, a operação permitiria a desvinculação das taxas internas de juros das externas: uma política cambial prati-

cada em função das necessidades comerciais aceleraria o processo de crescimento econômico e a criação de novos empregos", que atualmente se constituem em sua maior preocupação.

Não é uma tese "estrambótica", garante ele, tanto que está começando a ser encarada com seriedade pelos próprios técnicos do Federal Reserve Americano. E sua aplicação depende apenas da vontade das elites brasileiras de implementar soluções independentes. "O que a caracteriza", afirmou, é que pode ser adotada unilateralmente pelo Brasil pois o País não perde nada. Quem pode entrar em pânico são os bancos, daí a importância lógica dela ser precedida por uma intermediação governo a governo, que facilitaria o conhecimento da situação e gradualizaria a punição a ser sofrida pelos bancos. "Não estou propondo que nos neguemos a pagar, mas um esquema de revisão da convenção contábil. Cada país toma a decisão que quiser. Quero salvaguardar, inclusive, a posição dos banqueiros, porque mais para a frente vamos voltar a precisar deles. Eles emprestaram e receberam gostosamente os Spreads que já pagamos. Agora chegou a hora de correrem riscos".

Os economistas da USP Carlos Longo e Roberto Macedo criticaram veementemente a sugestão de Lira, mostrando-se surpresos com sua ingenuidade em acreditar na promessa do governo americano, de que as taxas de juros internacionais dentro de 4 ou 5 anos estarão reduzidas pela metade. Acrescentaram que duvidavam da resposta positiva dos banqueiros, especial-

mente quando o problema estava sendo transferido para o próximo presidente da República, que ninguém conhece ainda. Em sua opinião a estratégia deveria ser a de uma renegociação já, observando sempre que a Argentina poderia servir de parâmetro para as negociações. Também o professor Julian Chacel, da FGV, reagiu negativamente, afirmando que nenhum governo liberal como os da Inglaterra e EUA interferiria na iniciativa privada para transformar a legislação bancária em algo suficientemente elástico que pudesse transformar a suspensão dos pagamentos em "empréstimos bons".

Já o presidente do Conselho Regional de Economia, Luciano Coutinho, elogiou a lucidez da proposta de Lira e apoiou-a em sua essência. Apenas informou que iria mais longe. Ao invés de contabilizar os juros a nível de mercado, também reduziria seus índices unilateralmente a pelo menos a metade.

Lira respondeu que o endividamento do México e da Argentina ocorreu por formas e razões diferentes do brasileiro, e que a solução por ele apontada não tinha a pretensão de resolver a crise mundial, apenas a brasileira. Mas, continuou, se o Brasil prosseguir na aceitação da visão do FMI para ultimar o processo de ajustamento de sua economia, terá que pagar juros, dentro de 5 anos, de 12 a 15 bilhões de dólares, além de zerar o dê fácil em conta corrente do balanço de pagamentos. Isso obrigará a transferência de recursos para o exterior, que ele quer impedir, pois ela só poderia ser executada mediante a redução do consumo interno ou dos investimentos.